

EDUCAÇÃO ÉTICA EM MOÇAMBIQUE: ENTRE OS DISCURSOS NORMATIVOS E OS DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO BÁSICO**ETHICAL EDUCATION IN MOZAMBIQUE: BETWEEN NORMATIVE DISCOURSES AND THE CHALLENGES OF PEDAGOGICAL PRACTICE IN BASIC SCHOOLING****EDUCACIÓN ÉTICA EN MOZAMBIQUE: ENTRE LOS DISCURSOS NORMATIVOS Y LOS DESAFÍOS DE LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA**

10.56238/revgeov17n3-127

Geremias Chitofane TivaneDoutor em Ciência da Educação
Instituição: Universidade Jean Piaget
E-mail: jertivane@gmail.com**Roberto Carlos Ramos**PhD e Doutor em Educação
Instituição: Universidade La Salle, Universidade Católica de Moçambique
E-mail: roberto.ramos@unilasalle.edu.br**RESUMO**

A formação ética na educação básica e média constitui um pilar essencial para sociedades justas e democráticas. Este estudo se justifica pela necessidade de compreender como a ética é concebida e aplicada no sistema educativo moçambicano, em diálogo com experiências dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Tem como objetivo analisar as convergências e distanciamentos entre as diretrizes normativas da educação ética e a sua efetiva implementação pedagógica no ensino básico em Moçambique. Para tanto, procede-se a uma investigação bibliográfica-documental, complementada por análise qualitativa de conteúdo em bases acadêmicas e repositórios institucionais. Os resultados evidenciam que, embora a legislação e as políticas nacionais reconheçam a ética como componente central da formação integral, persistem desafios significativos, como a fragmentação curricular, a insuficiente preparação docente e a escassez de metodologias contextualizadas. Desse modo, observa-se que a integração transversal da ética nos projetos político-pedagógicos, o fortalecimento da formação contínua de professores e o uso de práticas pedagógicas contextualizadas como dramatizações, palaver e projetos comunitários, se apresentam como caminhos promissores para a formação ética. Conclui-se que este trabalho oferece uma síntese crítica e recomendações práticas para políticas e práticas escolares que promovam a vivência efetiva de valores no espaço escolar moçambicano.

Palavras-chave: Ética. Educação Básica. Formação Docente. Políticas Educativas. Moçambique.

ABSTRACT

Ethical education in primary and secondary schooling is a fundamental pillar for building just and democratic societies. This study is justified by the need to understand how ethics is conceived and applied within the Mozambican educational system, in dialogue with experiences from the Portuguese-



Speaking African Countries (PALOP). Its objective is To analyze the convergences and divergences between the normative guidelines of ethical education and their effective pedagogical implementation in primary education in Mozambique. To this end, a bibliographic-documentary investigation was conducted, complemented by qualitative content analysis in academic databases and institutional repositories. The results show that, although national legislation and policies recognize ethics as a central component of integral education, significant challenges remain, such as curricular fragmentation, insufficient teacher preparation, and a lack of contextualized methodologies. Thus, it is observed that transversal integration of ethics into political-pedagogical projects, strengthening continuous teacher training, and the use of contextualized pedagogical practices such as dramatizations, palaver, and community projects, emerge as promising pathways. It is concluded that this work provides a critical synthesis and practical recommendations for educational policies and school practices that foster the effective experience of values in Mozambican schools (Guimarães, 2005).

Keywords: Ethics. Educational Policies. Teacher Training. Basic Education. Mozambique.

RESUMEN

La formación ética en la educación básica y media constituye un pilar esencial para sociedades justas y democráticas. Este estudio se justifica por la necesidad de comprender cómo la ética es concebida y aplicada en el sistema educativo mozambiqueño, en diálogo con experiencias de los Países Africanos de Lengua Oficial Portuguesa (PALOP). Tiene como objetivo Analizar las convergencias y distanciamientos entre las directrices normativas de la educación ética y su efectiva implementación pedagógica en la enseñanza básica en Mozambique. Para ello, se procede a una investigación bibliográfica-documental, complementada con análisis cualitativo de contenido en bases académicas y repositorios institucionales. Los resultados muestran que, aunque la legislación y las políticas nacionales reconocen la ética como componente central de la formación integral, persisten desafíos significativos, como la fragmentación curricular, la insuficiente preparación docente y la escasez de metodologías contextualizadas. De este modo, se observa que la integración transversal de la ética en los proyectos político-pedagógicos, el fortalecimiento de la formación continua de los docentes y el uso de prácticas pedagógicas contextualizadas como dramatizaciones, palaver y proyectos comunitarios se presentan como caminos prometedores. Se concluye que este trabajo ofrece una síntesis crítica y recomendaciones prácticas para políticas y prácticas escolares que promuevan la vivencia efectiva de valores en el espacio escolar mozambiqueño.

Palabras clave: Ética. Políticas Educativas. Formación Docente. Educación Básica. Mozambique.



1 INTRODUÇÃO

A formação ética no ensino básico em Moçambique é reconhecida, nas políticas públicas educacionais, como componente essencial da educação integral e da construção da cidadania democrática. Mais do que a transmissão de normas de conduta, a ética deve ser entendida como um processo formativo que promove consciência crítica, responsabilidade social e compromisso com o bem comum.

Nesse contexto, instrumentos normativos e estratégicos, como a Lei do Sistema Nacional de Educação (Moçambique, 2018) e a Política e Estratégia da Educação 2020–2029 (Moçambique, 2020), definem a ética como eixo estruturante da formação integral. Todavia, a literatura especializada aponta que a efetivação desse princípio no cotidiano escolar permanece limitada por fragilidades institucionais e pedagógicas, o que exige análise crítica e aprofundada.

Diante dessa problemática, coloca-se a seguinte questão de investigação: Como a educação ética é concebida nos discursos normativos e implementada nas práticas pedagógicas do ensino básico em Moçambique?, Com base desse problema o objetivo da pesquisa é Analisar as convergências e distanciamentos entre as diretrizes normativas da educação ética e a sua efetiva implementação pedagógica no ensino básico em Moçambique.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender os limites e possibilidades da formação ética em um sistema educativo marcado por tensões entre políticas oficiais e práticas escolares. Autores como Vieira & Menezes (2016), Cardoso, Silva & Jesus (2020), Bozzo (2023) e Bianchessi (2020) reforçam a ética como prática viva e contextual, diferenciando-a da moral normativa e prescritiva. No contexto moçambicano, estudos de Papel (2020), Tovela (2021) e o relatório do MINEDH – Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (Moçambique, 2022) evidenciam a distância entre discurso normativo e prática escolar, apontando fragilidades na formação docente e na operacionalização curricular. Em perspectiva internacional, documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2016) e da *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC, 2021) defendem metodologias participativas e valores universais como justiça, cooperação e cidadania global.

Do ponto de vista metodológico, este estudo inspira-se em Silva (2015) e Severino (2013), que defendem a pertinência da abordagem bibliográfica e documental, visando compreender processos formativos e práticas sociais em sua densidade relacional. Essa perspectiva crítica permite captar nuances que escapam aos métodos quantitativos, favorecendo a construção de categorias analíticas e o aprofundamento conceitual.

Este artigo está organizado em quatro partes: a introdução apresenta a contextualização, a questão de pesquisa e a relevância do estudo; a fundamentação teórica discute os principais referenciais sobre ética escolar e epistemologias interculturais; a metodologia descreve os procedimentos de análise



documental e bibliográfica; e a seção de análise e discussão articula os achados com os marcos teóricos e normativos. As considerações finais sintetizam os resultados e propõem caminhos para o fortalecimento da formação ética no ensino básico moçambicano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A ética, concebida como prática reflexiva e relacional, constitui fundamento essencial para a educação e para a consolidação de sociedades democráticas, sendo diferenciada da moral por seu caráter crítico e transformador. Enquanto autores como Lima (2025) e Vieira & Menezes (2016) destacam a ética como princípio de convivência e a moral como processo formativo de participação e autonomia, outros como Cardoso, Silva & Jesus (2020) e Bozzo (2023) reforçam sua dimensão contextual e viva, promotora de consciência social e responsabilidade coletiva. Em contraste, Bianchessi (2020) observa a moral como sistema de regras herdadas e prescritivas, muitas vezes acríticas. No contexto moçambicano, estudos de Papel (2020) e Tovela (2021) evidenciam a distância entre discurso normativo e prática escolar, apontando a necessidade de metodologias que articulem valores universais e referências culturais locais.

O relatório do MINEDH (Moçambique, 2022) confirma fragilidades na operacionalização curricular, enquanto documentos internacionais da UNESCO (2016) e da UNODC (2021) defendem metodologias participativas e valores universais como justiça, cooperação e cidadania global. Em síntese, a literatura converge ao afirmar que a educação ética deve superar abordagens autoritárias e transmissivas, promovendo práticas situadas, críticas e participativas capazes de responder aos desafios sociais, culturais e globais.

2.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE ÉTICA E MORAL

A ética, concebida como prática reflexiva, relacional e orientadora das acções humanas, constitui fundamento essencial para a educação e para a consolidação de sociedades democráticas. A literatura contemporânea distingue ética e moral como dimensões complementares, embora não idênticas. Nesse sentido, Lima (2025) sustenta que a ética corresponde a princípios que orientam a convivência humana, desenvolvendo-se por meio do diálogo, da reflexão crítica e da vida em comunidade.

De forma convergente, Vieira & Menezes (2016) acrescentam que a educação moral deve ser entendida como processo formativo que envolve participação, crítica e autonomia, destacando o papel da escola na construção de valores capazes de questionar normas injustas. Nessa mesma direcção, Cardoso, Silva & Jesus (2020) e Bozzo (2023) sublinham que a ética é prática viva, contextual e transformadora, promotora de consciência social e responsabilidade colectiva. Em contraste,



Bianchessi (2020) observa que a moral se configura como sistema de regras culturalmente construídas e herdadas muitas vezes de forma acrítica, distinguindo-se da ética pelo seu carácter prescritivo.

A literatura enfatiza, ademais, que ética e moral interagem na formação da personalidade, devendo ser estimuladas desde a infância por meio de processos educativos que privilegiem convivência justa, reflexão crítica e diálogo. Essa perspectiva é reforçada por Mussaque (2018), ao defender a ética como prática articulada à cidadania e às tradições comunitárias, e por Pacho & Zimbico (2022), que atribuem ao professor o papel de mediador ético e referência moral nas práticas educativas.

Nesse debate, Papel (2020) analisa as dinâmicas educativas em Moçambique a partir das práticas escolares concretas. O autor evidencia que, embora os documentos oficiais proclamem a ética como eixo estruturante da formação integral, na prática ela tende a ser reduzida a conteúdos normativos e transmissivos, sem espaço para o diálogo crítico e a participação dos estudantes. Essa constatação reforça a necessidade de metodologias que promovam autonomia, reflexão e vivência prática dos valores éticos, evitando que a disciplina se limite à memorização de regras.

Complementarmente, Tovela (2021) defende que a educação ética deve ser concebida como processo dinâmico e contextual, capaz de articular valores universais com referências culturais locais. Para o autor, a escola moçambicana enfrenta o desafio de conciliar tradições comunitárias, marcadas por solidariedade e reciprocidade, com exigências contemporâneas de cidadania democrática e global. Essa perspectiva sugere que a ética escolar não pode ser entendida apenas como transmissão de normas, mas como prática situada, que valoriza os saberes locais e promove a construção de identidades críticas e participativas.

O Relatório de Monitoria da Implementação Curricular (Moçambique, 2022) acrescenta evidências empíricas ao debate, ao mostrar que, embora a ética seja reconhecida como eixo transversal nos currículos, sua operacionalização permanece frágil. O documento aponta lacunas na definição de responsabilidades institucionais, insuficiência de recursos pedagógicos e ausência de metodologias consistentes, confirmando que a distância entre discurso normativo e prática escolar continua a ser um dos maiores desafios da educação moçambicana.

Do ponto de vista internacional, o manual da UNODC (2021) reforça a pertinência de metodologias participativas e de valores universais como honestidade, justiça e cooperação. Ao propor estratégias pedagógicas como dilemas morais, dramatizações e projetos comunitários, o documento evidencia que a ética escolar deve ser vivida como prática cotidiana, voltada para a cidadania global, a integridade e a cultura de paz. Essa perspectiva amplia o debate ao conectar os desafios locais de Moçambique com agendas internacionais, mostrando que a construção de uma ética escolar transformadora exige tanto coerência institucional quanto alinhamento com princípios universais de justiça e responsabilidade social.



Assim, tanto Papel (2020) quanto Tovela (2021), em diálogo com MINEDH (Moçambique, 2022) e UNODC (2021), convergem ao apontar que a educação ética em Moçambique exige coerência entre discurso e prática, bem como metodologias que favoreçam a participação ativa dos estudantes. Suas contribuições ampliam o debate sobre a necessidade de superar abordagens autoritárias e normativas, propondo uma ética escolar que seja vivida no cotidiano da comunidade educativa e que responda aos desafios sociais, culturais e globais do país.

2.2 A ÉTICA NO CONTEXTO ESCOLAR MOÇAMBICANO

No contexto moçambicano, a presença da ética na escola encontra respaldo nos principais documentos reguladores do sistema educativo. A Lei do Sistema Nacional de Educação (Moçambique, 2018) e a Política e Estratégia da Educação 2020-2029 (Moçambique, 2020) reconhecem a ética como eixo estruturante da formação integral e da cidadania democrática, propondo metodologias participativas, diálogo intercultural e valorização da diversidade.

Todavia, diversos estudos recentes evidenciam discrepâncias entre os valores proclamados e a realidade das práticas escolares. Papel (2020) observa que a disciplina de Educação Moral e Cívica é frequentemente tratada de forma marginal, com tempo didático reduzido e abordagens transmissivas pouco alinhadas às experiências dos estudantes. A insuficiente formação docente, a rigidez curricular e a ausência de metodologias contextualizadas reforçam essa discrepância (Moçambique, 2022; Bianchessi, 2020).

A literatura especializada também revela tensões entre discursos normativos e práticas institucionais. Bozzo (2023) identifica práticas pedagógicas marcadas por violência simbólica e autoritarismo, que contrariam os ideais de convivência democrática presentes nos documentos oficiais. Nesse sentido, a ética escolar depende não apenas de políticas discursivas, mas da coerência entre valores proclamados e práticas vividas. Lima (2025) e Santos (2025) reforçam essa ideia ao afirmar que a ética só se materializa quando incorporada à cultura escolar e à gestão democrática.

Experiências comparadas nos PALOP oferecem contributos relevantes. Em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, têm sido desenvolvidas práticas pedagógicas que integram narrativas tradicionais, provérbios, dramatizações, dilemas morais e projectos comunitários como recursos para o ensino da ética (Mussaque, 2018; Vieira & Menezes, 2016). Nessa mesma direcção, Tovela (2021), inspirado no pensamento complexo de Morin, propõe projectos interdisciplinares que articulam valores comunitários com desafios contemporâneos, superando a fragmentação curricular.

Organizações internacionais como a UNESCO (2016) e a UNODC (2021) reforçam a pertinência de metodologias participativas e de valores universais como honestidade, justiça e cooperação, defendendo uma educação ética voltada à cidadania global, à paz e à sustentabilidade.



Acrescentamos ainda a contribuição de Cardoso, Silva & Jesus (2020), que sublinham a importância da ética como prática comunitária e como elemento de coesão social. Os autores argumentam que, em contextos africanos marcados por diversidade cultural e desigualdades sociais, a ética escolar deve ser construída a partir de valores comunitários e práticas locais, evitando a imposição de modelos externos descontextualizados. Essa perspectiva, oriunda de Angola, reforça o debate nos PALOP e amplia a compreensão da ética como prática situada, relacional e transformadora.

Apesar desses avanços, persistem em Moçambique desafios estruturais que condicionam a efetivação da educação ética. A formação inicial de professores permanece insuficiente para a abordagem crítica dos conteúdos éticos; os currículos apresentam orientação normativa, mas carecem de operacionalização; e a cultura institucional, por vezes, reproduz práticas autoritárias que fragilizam a vivência ética (Barros & Choti, 2020; Papel, 2020). Além disso, Pacho & Zimbico (2022) sublinham o impacto da modernidade globalizada na erosão de referências ético-culturais tradicionais, apontando a necessidade de uma ética intercultural que concilie saberes locais e valores universais.

A revisão da literatura contemporânea evidencia que, embora exista consenso teórico sobre a centralidade da ética na formação integral, a realidade educativa moçambicana ainda expressa tensões entre discurso normativo e prática escolar. Tal constatação reforça a pertinência deste estudo, que busca compreender criticamente o lugar da ética no ensino básico e identificar caminhos para o seu fortalecimento no contexto das políticas e práticas educativas.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, voltada à compreensão profunda dos significados, desafios e práticas relacionadas à educação ética nas escolas moçambicanas. A escolha metodológica justifica-se pela complexidade dos contextos educativos, que envolvem dimensões políticas, pedagógicas, culturais e institucionais.

Conforme Silva (2015) e Severino (2013), a investigação qualitativa é adequada para captar processos formativos e práticas sociais em sua densidade relacional. A perspectiva crítica inspira-se em Siena et al. (2024), que concebem os processos educativos como práticas socialmente situadas, exigindo análise reflexiva e interpretativa. Essa abordagem permite captar nuances que escapam aos métodos quantitativos, como defendem Creswell (2010) e Bueno (2018).

A investigação combinou análise documental e pesquisa bibliográfica, ambas conduzidas de forma sistemática e transparente. A análise documental consistiu na interpretação de dispositivos legais e normativos, como a Lei n.º 18/2018 (Moçambique, 2018), os programas curriculares da Educação Básica e documentos institucionais do MINEDH (Moçambique, 2020), com o objetivo de identificar fundamentos legais e orientações políticas sobre a educação ética em Moçambique. O protocolo de revisão iniciou com a identificação de 184 documentos, incluindo leis, planos, guíões curriculares,



relatórios e artigos acadêmicos, localizados em bases como SciELO, Google Scholar, Redalyc, INDE, MINEDH e repositórios universitários. Foram estabelecidos critérios de inclusão, como pertinência direta à educação ética, relação com o ensino básico, ligação ao contexto moçambicano ou aos PALOP e publicações entre 2009 e 2025.

Os critérios de exclusão abrangeram documentos duplicados, textos opinativos ou desatualizados. Após a triagem, foram selecionados 33 documentos finais, caracterizados segundo autor, ano, tipo de publicação, contexto de aplicação e principais contribuições. A pesquisa bibliográfica complementou esse processo, orientada pelos referenciais teóricos que sustentam a abordagem crítica, seguindo etapas de busca, triagem, leitura integral e síntese, com decisões de inclusão e exclusão justificadas em função da relevância teórica e metodológica.

A análise de conteúdo seguimos o modelo proposto por Bardin (2016), operacionalizado em quatro etapas: pré-análise, com leitura flutuante e organização do corpus; codificação, realizada manualmente, com leitura integral e marcação temática, resultando em 23 códigos iniciais; categorização, que agrupou os códigos em três categorias centrais, fundamentos legais, práticas pedagógicas e desafios institucionais; e interpretação, que articulou os dados empíricos com os referenciais teóricos. Para assegurar a validade, procedeu-se à revisão cruzada das categorias por dois investigadores, reduzindo enviesamentos e aumentando a consistência interpretativa.

Todas as etapas foram documentadas em protocolos de análise, garantindo rastreabilidade das decisões metodológicas. A triangulação entre análise documental e pesquisa bibliográfica reforçou a fiabilidade dos resultados, permitindo uma compreensão mais robusta da educação ética em Moçambique.

A pesquisa respeitou princípios éticos de integridade acadêmica, transparência metodológica e uso responsável das fontes, em consonância com as reflexões de Diniz e Guerreiro (2015), que enfatizam a responsabilidade social da investigação, e com as diretrizes da ANPEd (2024), que reforçam a integridade científica na pesquisa em educação. Não houve envolvimento direto de participantes humanos, o que minimizou riscos éticos, e o tratamento das informações seguiu rigor científico e respeito às normas de citação e autoria. A análise de banco de dados seguiu metodologias de tratamento e interpretação propostas por Zanetti Neto (2020), que destacam a importância da sistematização, codificação e categorização dos dados para assegurar consistência e validade dos resultados.

Entre as limitações do estudo, destacamos a dependência de documentos disponíveis em bases digitais e institucionais, a ausência de dados empíricos coletados diretamente em escolas e a possibilidade de vieses interpretativos, mitigados por meio da triangulação e da revisão cruzada. Dessa forma, a metodologia adotada assegura replicabilidade, confiabilidade e uma base sólida para a interpretação e generalização dos achados.



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise documental e bibliográfica permitiu identificar três categorias centrais relacionadas à compreensão e à implementação da educação ética no ensino básico moçambicano. Os resultados apresentados reflectem exclusivamente os elementos emergentes dos documentos normativos, planos curriculares, legislação e literatura especializada que constituíram o corpus deste estudo.

4.1 A ÉTICA NO CONTEXTO MOÇAMBICANO

Em Moçambique, a ética ocupa posição central nos discursos normativos, mas a sua efectivação na prática pedagógica continua a enfrentar obstáculos estruturais e metodológicos. Embora os documentos oficiais proclamem valores como respeito, solidariedade e convivência democrática, a ausência de orientações metodológicas específicas fragiliza a sua concretização.

Essa distância entre discurso e prática confirma a crítica de Papel (2020), que identifica a marginalização da disciplina de Educação Moral e Cívica, e converge com Barros & Choti (2020), ao destacar que a insuficiente formação docente e a falta de inovação metodológica comprometem a vivência ética nas escolas. Do ponto de vista curricular, os valores aparecem de forma genérica, sem definição de competências observáveis, o que limita a sua operacionalização.

Percebemos incoerência entre os discursos institucionais e as condições reais de funcionamento das escolas, já denunciada por Mussaque (2018), permanece atual, e a ausência de estratégias de formação contínua compromete a construção de competências éticas, como sublinha a UNESCO (2016). Nas práticas escolares, predomina uma abordagem transmissiva, pouco articulada com o quotidiano dos alunos, o que reforça a descontextualização da ética e a sua redução a conteúdos normativos. Apesar dessas fragilidades, emergem perspectivas promissoras.

Vieira & Menezes (2016) sugerem metodologias participativas, como debates e dramatizações, que se alinham às necessidades identificadas no contexto moçambicano. Tovela (2021), dialogando com o pensamento complexo de Morin, enfatiza práticas interdisciplinares e colaborativas que estimulam o protagonismo dos alunos. Bozzo (2023) reforça a importância de compreender os processos educativos como práticas socialmente situadas, destacando que a ética escolar só se torna efectiva quando articulada às experiências comunitárias e culturais.

4.2 EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NOS PAÍSES DO PALOP

Os desafios enfrentados por Moçambique não são isolados. Em Angola, a ética é vinculada a programas de cidadania, mas a centralização curricular e a escassez de recursos dificultam a sua operacionalização (Cardoso, Silva & Jesus, 2020). A formação docente insuficiente e a ausência de metodologias claras limitam a capacidade das escolas de traduzir valores proclamados em práticas consistentes, aproximando o contexto angolano das fragilidades moçambicanas.



Em Cabo Verde, por outro lado, observa-se maior valorização de práticas comunitárias e saberes locais. Silva & Fernandes (2018) destacam o uso de narrativas tradicionais, provérbios e projectos culturais como instrumentos pedagógicos de transmissão ética. Essa abordagem evidencia que a ética escolar não se limita a conteúdos normativos, mas emerge como prática viva, enraizada nos saberes locais e na participação comunitária.

A conexão com Moçambique é clara: a valorização de práticas culturais e comunitárias pode ser um caminho para superar a fragmentação curricular e a rigidez metodológica. Já em São Tomé e Príncipe, a fragilidade institucional e a ausência de políticas consistentes aproximam esse contexto da realidade moçambicana, revelando convergências na dificuldade de transformar valores normativos em práticas pedagógicas consistentes (Silva & Fernandes, 2018).

A ética é reconhecida formalmente, mas a falta de mecanismos estruturais e de formação docente compromete a sua efectivação. Do ponto de vista teórico, Lima (2025) aprofunda a discussão ao enfatizar que a ética deve ser concebida como responsabilidade compartilhada, exigindo coerência institucional e gestão democrática. Já Santos (2025) acrescenta que a escola do futuro precisa incorporar práticas inovadoras e inclusivas, capazes de responder às exigências da modernidade globalizada sem perder de vista os valores comunitários. Essa tensão entre universalidade e localidade é também destacada por Pacho & Zimbico (2022), que sublinham o papel do professor como mediador ético e agente de transformação social.

4.3 EDUCAÇÃO ÉTICA NA ESCOLA MOÇAMBICANA

Os documentos como a Lei n.º 18/2018 (Moçambique, 2018) e os Programas Curriculares da Educação Básica (MINEDH, 2020), reconhecem a ética como eixo fundamental da formação integral dos alunos, situando-a como parte da missão educativa voltada à cidadania e à convivência democrática.

Contudo, tais documentos apresentam apenas referências genéricas a valores como respeito, solidariedade, responsabilidade e convivência democrática, sem oferecer orientações metodológicas específicas para a implementação da ética no cotidiano escolar. Essa lacuna evidencia o que Severino (2013) denomina de “fragilidade normativa”, em que os princípios são afirmados em nível discursivo, mas não se traduzem em práticas pedagógicas sistematizadas.

Os planos curriculares (Moçambique, 2020) reforçam a presença da ética como componente transversal, mas carecem de estratégias didáticas concretas, que ser relacionad com as necessidades de transformar categorias abstratas em práticas pedagógicas observáveis.

A literatura aponta ainda indícios de fraca preparação docente e ausência de programas regulares de formação contínua, confirmando a análise de Creswell (2010), segundo a qual a qualidade da implementação depende da capacitação dos agentes educativos. Nesse sentido, Bueno (2018)



argumenta que a formação ética exige processos reflexivos e dialógicos, que não se encontram suficientemente contemplados nos documentos oficiais.

As práticas escolares descritas em estudos recentes (Siena et al., 2024) revelam predominância de abordagens transmissivas, centradas na exposição de valores de forma normativa, pouco articuladas com o cotidiano dos alunos. Essa constatação dialoga com Silva (2015), que defende a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de relacionar os princípios éticos às experiências concretas dos estudantes. A ausência de metodologias participativas e de estratégias de integração curricular reforça a distância entre o discurso oficial e a prática escolar, limitando a efetividade da educação ética como instrumento de formação integral.

4.4 A ÉTICA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Instrumentos como a Lei n.º 18/2018 (Moçambique, 2018), o Plano Estratégico da Educação 2020–2029 (Moçambique, 2020) e os documentos curriculares do ensino básico (Moçambique, 2022) afirmam a ética como componente transversal e princípio orientador da cidadania. Esses marcos normativos reconhecem a importância da formação ética como parte da educação integral, mas a análise evidenciou lacunas nos mecanismos operacionais que deveriam assegurar a efetiva transversalidade. Tal constatação dialoga com Severino (2013), que alerta para a distância entre os discursos normativos e sua materialização em práticas pedagógicas consistentes.

Verificamos também a persistência de fragilidades na definição de responsabilidades institucionais, na articulação entre escola e comunidade e na disponibilização de recursos pedagógicos adequados. Essa ausência de clareza e de suporte estrutural confirma a crítica de Silva (2015), segundo a qual políticas educacionais tendem a enunciar valores universais sem oferecer meios concretos para sua implementação. Além disso, a concretização das orientações éticas depende de condições organizacionais que muitas escolas ainda não possuem, como infraestrutura, formação docente e apoio comunitário, o que limita a efetiva implementação das diretrizes estabelecidas.

Siena et al. (2024) argumentam que os processos educativos só se tornam socialmente significativos quando articulados às práticas cotidianas e às condições reais das instituições escolares. Nesse sentido, Bardin (2016) destaca que categorias abstratas, como valores éticos, precisam ser operacionalizadas em práticas pedagógicas observáveis e avaliáveis. A ausência de metodologias participativas e de estratégias de formação contínua para professores, identificada tanto nos documentos oficiais quanto nos estudos empíricos, confirma a análise de Creswell (2010) e Bueno (2018), que defendem a necessidade de capacitação docente e de abordagens reflexivas para que a ética se torne parte efetiva da experiência escolar.

Assim, embora os documentos oficiais reconheçam a ética como eixo fundamental da formação cidadã, a falta de mecanismos operacionais, de clareza institucional e de condições estruturais revela



uma distância entre o discurso normativo e a prática pedagógica. Essa tensão entre ideal e realidade reforça a necessidade de políticas educacionais mais consistentes, capazes de articular valores éticos com estratégias concretas de ensino e formação docente.

4.5 ESTRATÉGIAS IDENTIFICADAS PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ÉTICA

As estratégias de promoção da educação ética identificadas nos documentos oficiais aparecem de forma pontual e pouco sistematizada. Entre elas, destacam-se a valorização de atividades participativas, o estímulo a projetos comunitários, a incorporação de narrativas tradicionais e práticas culturais locais, bem como o uso de metodologias que favorecem o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação.

Autores como Vieira & Menezes, 2016; Mussaque, 2018; Tovela, 2021; Bozzo, 2023A reforçam a pertinência dessas práticas, sobretudo quando articuladas à participação ativa dos alunos e da comunidade educativa (Vieira & Menezes, 2016; Mussaque, 2018; Tovela, 2021; Bozzo, 2023).

No entanto, observamos que tais iniciativas não se encontram organizadas em diretrizes consistentes nos documentos normativos, o que compromete sua efetiva implementação e confirma a crítica de Papel (2020) e as constatações do Relatório de Monitoria da Implementação Curricular (Moçambique, 2022).

No entanto, o reconhecimento oficial da ética como eixo fundamental da formação integral dos alunos está presente nos principais documentos normativos, como a Lei n.º 18/2018 e a Política e Estratégia da Educação 2020–2029 (Moçambique, 2020). Esse consenso normativo, contudo, não se traduz em práticas pedagógicas consistentes, revelando uma lacuna entre discurso e operacionalização. Mussaque (2018) já havia apontado essa incoerência, destacando que a ausência de mecanismos claros compromete a vivência efetiva dos valores éticos no cotidiano escolar.

No âmbito curricular, os valores aparecem de forma genérica, com referências a respeito, solidariedade, responsabilidade e convivência democrática. Entretanto, tais valores são apresentados de maneira abstrata, sem definição de competências observáveis, o que dificulta sua aplicação prática (Barros & Choti, 2020; Papel, 2020). Essa constatação reforça a necessidade de metodologias que articulem valores universais com saberes locais, conforme defendem Tovela (2021) e Cardoso, Silva & Jesus (2020), ao enfatizarem a importância de práticas comunitárias e interculturais.

Quanto às orientações metodológicas, não foram identificadas diretrizes específicas para a implementação da ética, o que fragiliza a ação docente. O Relatório de Monitoria da Implementação Curricular (Moçambique, 2022) confirma essa ausência, apontando insuficiência de recursos pedagógicos e falta de metodologias consistentes. Vieira & Menezes (2016) sugerem que metodologias participativas, como debates e dramatizações, poderiam preencher essa lacuna, favorecendo o protagonismo estudantil e a vivência prática dos valores.



A formação docente constitui outro ponto crítico. Há indícios de fraca preparação inicial e ausência de estratégias regulares de formação contínua, o que limita a capacidade dos professores de desenvolver práticas consistentes e contextualizadas (UNESCO, 2016; Pacho & Zimbico, 2022). Essa insuficiência formativa contribui para a reprodução de abordagens transmissivas e normativas, em vez de práticas reflexivas e participativas.

Por fim, as práticas escolares descritas na literatura revelam predominância de abordagens transmissivas, pouco articuladas com o quotidiano dos alunos. A ética, nesse contexto, é trabalhada de forma descontextualizada, sem ligação com experiências reais dos estudantes (Papel, 2020; Bozzo, 2023). Essa constatação reforça a crítica de Vieira & Menezes (2016), que defendem metodologias participativas e contextualizadas como caminho para superar a fragmentação curricular e promover uma ética vivida no espaço escolar.

A análise evidencia que, embora exista consenso normativo sobre a centralidade da ética na formação integral, persistem lacunas significativas na sua operacionalização. A ausência de diretrizes metodológicas claras, a insuficiência da formação docente e a predominância de práticas transmissivas comprometem a consolidação de uma educação ética transformadora em Moçambique.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo foi analisar as convergências e distanciamentos entre as diretrizes normativas da educação ética e a sua efetiva implementação pedagógica no ensino básico em Moçambique. A partir da abordagem metodológica documental e bibliográfica demonstrou que, embora a ética seja reconhecida como eixo estruturante da formação integral nos dispositivos legais e curriculares (Moçambique, 2018, 2020), sua efetivação permanece fragilizada por lacunas metodológicas, insuficiente preparação docente e incoerência institucional entre valores proclamados e práticas quotidianas.

Do ponto de vista teórico, a literatura especializada reforça que a ética deve ser entendida como prática reflexiva, contextual e transformadora, articulada à cidadania e às tradições comunitárias (Mussaque, 2018; Vieira & Menezes, 2016; Tovela, 2021; Bozzo, 2023). Contudo, os dados analisados revelam que, na realidade escolar moçambicana, prevalecem abordagens transmissivas e normativas, pouco articuladas com o quotidiano dos alunos, confirmando a crítica de Papel (2020) e as constatações do Relatório de Monitoria da Implementação Curricular (Moçambique, 2022).

A comparação com experiências nos PALOP evidenciou que os desafios são comuns, mas também que existem caminhos diferenciados e promissores. Em Angola, a centralização curricular e a escassez de recursos limitam a operacionalização da ética (Cardoso, Silva & Jesus, 2020); em Cabo Verde, a valorização de saberes locais e práticas comunitárias oferece alternativas viáveis (Silva & Fernandes, 2018); já em São Tomé e Príncipe, a fragilidade institucional aproxima o contexto das



dificuldades moçambicanas. Essa diversidade revela que, embora haja consenso normativo, a efetivação prática depende de condições estruturais e culturais específicas.

A análise crítica das tensões entre políticas e práticas, reforça a necessidade de uma abordagem intercultural, interdisciplinar e situada da ética escolar. Do ponto de vista prático, o estudo aponta estratégias fundamentais: a integração transversal da ética nos currículos, a formação contínua de professores como mediadores éticos e culturais, a valorização das tradições comunitárias e a adoção de metodologias participativas que promovam protagonismo estudantil e diálogo crítico. Essas propostas respondem diretamente às dimensões analisadas, reconhecimento oficial, currículos, metodologias, formação docente e práticas escolares, convergindo para a construção de uma cidadania democrática e solidária, capaz de articular valores universais com contextos locais.

Este estudo oferece subsídios para políticas e práticas educativas que promovam uma ética vivida e transformadora, fortalecendo a escola como espaço de reflexão crítica, inclusão e participação comunitária. Ao propor a articulação entre teoria e prática, e ao integrar comparações entre Moçambique e os demais PALOP, contribui-se para ampliar o debate acadêmico e orientar ações concretas que respondam aos desafios contemporâneos da educação ética na região lusófona africana.



REFERÊNCIAS

- ANPEd. Diretrizes éticas para pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2024.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARROS, R.; CHOTI, D. O educador e professor frente aos novos desafios: inovação, ética e educação permanente. Ensaios Pedagógicos, Universidade do Algarve (UALG/PT) & Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), 2020.
- BIANCHESSI, C. (Org.). Práticas pedagógicas e saberes curriculares: experiências, desafios e conquistas. Curitiba: Bagai, 2020.
- BOZZO, G. C. B. (Org.). Educação, práticas sociais e processos educativos. Atena Editora, 2023.
- BUENO, L. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.
- CARDOSO, M. G.; SILVA, A. A.; JESUS, A. R. Ética e a educação como processo da formação humana. Revista de Literatura e Linguística: Autonomia, Recife, 2020.
- CRESWELL, J. W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage, 2010.
- DINIZ, D.; GUERREIRO, I. Ética na pesquisa social: desafios e perspectivas. Brasília: Editora UnB, 2015.
- LIMA, E. S. Ética na educação: fundamentos teóricos e a responsabilidade compartilhada na formação de valores. Ciências Humanas, v. 29, n. 146, p. 1–20, 2025.
- MOÇAMBIQUE. Política e Estratégia da Educação 2020-2029. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2020.
- MOÇAMBIQUE. Relatório de monitoria da implementação curricular. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2022.
- MOÇAMBIQUE. Lei n.º 18/2018. Maputo: Assembleia da República, 2018.
- MUSSAQUE, A. J. Ética e cidadania na educação primária em Angola. Dissertação (Mestrado). Faculdades EST, 2018. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/935>. Acesso em: 12 mar. 2026.
- NIQUICE, A. F. Cidadania e enfrentamento dos desafios do desenvolvimento em Moçambique: discutindo os fundamentos da formação da cidadania moçambicana a partir da escola primária. RECH – Revista Ensino de Ciências e Humanidades, Maputo, 2018.
- PACHO, L. E. S. F.; ZIMBICO, O. J. O papel do docente na ética pela construção de uma sociedade em Moçambique. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 4, p. 582, 2022.
- PAPEL, T. G. As dinâmicas educativas em Moçambique: objetivos e perspectivas. Práxis Educacional, v. 16, n. 40, p. 5078, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i40.5078>. Acesso em: 12 mar. 2026.



SANTOS, S. M. A. V. (Org.). Escola do futuro: práticas inovadoras para uma educação conectada e inclusiva. João Pessoa: F&E Editora, 2025.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SIENA, L. et al. Processos educativos como práticas socialmente situadas. Lisboa: Editora Acadêmica, 2024.

SILVA, A.; FERNANDES, J. Educação moral e ética nos PALOP: práticas comunitárias e cidadania democrática. Lisboa: Universidade Nova, 2018.

SILVA, M. Investigação qualitativa em educação: princípios e práticas. Porto: Porto Editora, 2015.

SOUSA, S. A. de. Currículo de filosofia no ensino secundário geral do 2º ciclo em Moçambique. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, 2021.

TOVELA, A. J. A ética da complexidade como fundamento da educação em Edgar Morin. Dissertação (Mestrado). Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Educação, 2021.

UNESCO. Education for Sustainable Development: a roadmap. Paris: UNESCO, 2016.

UNODC. Education for justice: teaching integrity and ethics. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2021.

VIEIRA, L.; MENEZES, I. O papel da escola angolana na educação moral e cívica. 2016.

ZANETTI NETO, G. Metodologias de análise de dados em pesquisa qualitativa. Curitiba: Appris, 2020.

